

1 Aos 24 dias do mês de abril do ano de 2018, às 09h30m, reuniram-se os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do
2 Rio Verde Grande, no auditório da sede do DNOCS, situado na Av. Presidente Kennedy, nº 230, Bairro Edgar Pereira,
3 Montes Claros-Minas Gerais. **Participaram os seguintes representantes titulares:** Maria Socorro Mendes Almeida
4 Carvalho – DNOCS; Rafael Macedo Chaves – IBAMA; Margarete Suely Caires Azevedo – IEF; Wesley Mota França –
5 IGAM; Glauber Vieira de Oliveira – INEMA/BA; Juliana Lucas Correa – Prefeitura Municipal de Verdelândia; Moacir
6 Antunes Souza Junior – Prefeitura Municipal de Janaúba; Rodrigo Dhryell Santos – Prefeitura Municipal de Glaucilândia;
7 José Carlos de Oliveira – COPASA Porteirinha; José Sérgio Pereira de Araújo – COTEMINAS; Laila Tupinambá Mota –
8 FIEMG; João Damásio Frota Machado Pinto – Fazenda Igarapé; Paulo Bina Fonyat de Lima – Fazenda Rio Verde; Ari
9 Teodoro de Oliveira – Estância das Aroeiras; Dirceu Colares de Araujo Moreira – Sindicato dos Produtores Rurais de
10 Montes Claros; Juliana Ferreira de Santana – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Urandi. **Participaram os seguintes**
11 **representantes suplentes:** Clarissa Bastos Dantas – IGAM; Antônio Carlos Câmara Júnior – COPASA/MG **(em exercício**
12 **da titularidade)**; Luciano Cloves da Fonseca – Lote 951ª Fazenda Esperança; Rodolpho Velloso Rebello – Sociedade
13 Rural de Montes Claros **(em exercício da titularidade)**; Sônia de Fátima Reis – Conselho de Desenvolvimento
14 Comunitário de Rio das Pedras **(em exercício da titularidade)**; Carlos Magno Santos Clemente – Centro Universitário
15 UniFG **(em exercício da titularidade)**. **Justificou ausência:** Georgheton Melo Nogueira – Centro Universitário UniFG;
16 **Participaram também:** Ana Cristina da Silveira e Célia Fróes – Agência Peixe Vivo; Aneliza Miranda – IEF; Carlos Mota
17 Nunes, Flávio Hadler Tröger, Volney Zanardi Jr., Frederico Oliveira, Tibério Pinheiro, Tânia Regina Dias da Silva – ANA;
18 Dieyson Oliveira – DNOCS; Felix Fróes – COPASA; Adílio Teixeira da Silva – Prefeitura de Jaíba; Rômulo Marques –
19 PMPBC Ltda. O presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (CBHVG), Dirceu Colares, inicia a
20 reunião dando boas vindas a todos e constata que o quórum não foi atingido e em seguida, passa a palavra para Carlos
21 Mota da Agência Nacional de Águas (ANA), que faz uma introdução sobre a reestruturação do CBHVG citando a
22 discussão sobre as aplicações dos recursos da cobrança. A seguir, Dirceu Colares comenta sobre a grandiosidade do 8º
23 Fórum Mundial da Água e sobre a importância da organização do comitê para que os membros possam participar de
24 eventos importantes como este, a fim de trazer informações significantes do comitê. Ainda com a palavra faz um breve
25 resumo sobre sua experiência no Fórum. Comenta sobre um projeto da ONU 'Soluções baseadas na natureza para
26 gestão das águas' que abrange a revitalização dos cursos d'água com uma gestão integrada na calha, nascente e poços.
27 Posteriormente, a secretária do CBHVG, Maria Socorro, aborda sobre a escassez hídrica e a importância da gestão e da
28 participação dos membros do comitê. Na sequência, Célia Froes, Diretora Geral da Agência Peixe Vivo, explicita sobre o
29 Contrato de Gestão firmado entre a Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Peixe Vivo e o Comitê da Bacia
30 Hidrográfica do Rio Verde Grande (CBHVG), que permite o desenvolvimento dos projetos através do repasse do recurso
31 da cobrança recolhido pela ANA à Agência Peixe Vivo aplicado às demandas do CBHVG, e as funções de cada uma das
32 três partes envolvidas. Fala um pouco sobre os valores cobrados que são repassados pela ANA, sendo que 7,5% e 92,5%
33 é aplicado em projetos na bacia. A Diretora Geral da Agência Peixe Vivo, também explicou sobre a metodologia de
34 trabalho da agência, os manuais, relatórios de viagem, modelo de prestação de contas, sendo que todos os
35 documentos são padronizados. Em seguida, Pessoa não identificada (feminino) pergunta sobre a arrecadação em escala
36 estadual. Em resposta, Célia Fróes comenta que ainda não há nenhuma arrecadação estadual, somente arrecadação
37 federal, e que falta vontade política para que ocorra a arrecadação em nível estadual. Na sequência, Tibério Pinheiro,
38 Superintendente de Implementação de Programas e Projetos da Agência Nacional de Águas, pontua sobre a
39 preocupação da ANA quanto ao pós Plano de Recursos Hídricos e com a implementação das ações deste plano. Fala
40 sobre a ferramenta MOP (Manual Operativo do Plano), criada pela ANA com a finalidade de eleger as ações prioritárias
41 do plano do comitê em curto prazo. Além disso, o MOP identifica a função de cada identidade, IGAM, INEMA, ANA,
42 comitê e tem a finalidade de fazer a revisão do Plano de Recursos Hídricos e discutir as ações prioritárias com o comitê.
43 Acrescenta e concorda com a fala de Dirceu sobre a importância da retomada do comitê. Em sequência, o presidente
44 Dirceu Colares fala um pouco das discussões da Diretoria referentes ao local do escritório do comitê em Montes Claros,
45 sendo que a sede será instalada próxima ao Instituto Mineiro de Agropecuária com o objetivo de aproximar e instruir o
46 produtor rural. Em seguida, Flávio Tröger, Superintendente Adjunto da Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos
47 da ANA, responsável pela elaboração dos Planos de Recursos Hídricos das Bacias e planos de subsídios para
48 infraestrutura hídrica, complementa a fala de Tibério Pinheiro falando sobre a elaboração do Plano Nacional de
49 Segurança Hídrica que objetiva detalhar e selecionar intervenções estratégicas e estruturantes para o país. Com isso,

50 realizar estudos de viabilidade e de avaliação e comparação que visam à segurança hídrica através da elaboração do
51 Estudo de Avaliação Integrada das soluções relativas à Oferta Hídrica. Por fim, Flávio Tröger comenta que a ANA fará
52 um termo de referência para a contratação da empresa que realizará estes estudos. Em seguida, Pessoa não
53 identificada (masculino) pergunta sobre a possibilidade de a ANA realizar estes estudos referentes ao projeto de
54 Transposição do Jaíba previsto no Plano de Recursos Hídricos do comitê. Flávio Tröger responde falando que já pensam
55 na complementação deste projeto com os estudos mencionados. Em seguida, pessoa não identificada (masculino) faz
56 uma comparação com o comitê do PCJ em São Paulo, onde o principal problema de escassez era devido à qualidade do
57 Rio Jundiáí, não da quantidade de água, sendo que as estratégias aplicadas pelo comitê foram decisivas para aumentar
58 a qualidade do rio aprimorando o tratamento de esgoto na região após aplicar a cobrança, entretanto, esta mudança
59 levou 10 anos para alterar a qualidade do rio de Classe IV para Classe II. Na sequência, Dirceu Colares franqueia a
60 palavra para o Promotor de Justiça, Lucas Trindade para abordar sobre a Minuta do Marco Regulatório no Rio Verde
61 Grande, elaborado pela ANA, no qual os principais pontos colocados foram: Faixa Azul (EH Azul), sistemas de medições,
62 Artigo 2º, Artigo 5º, sugerindo a revisão destes pontos para que as proposições fiquem mais claras resguardando a
63 bacia de divergência na interpretação dos mesmos. Além disso, Lucas Trindade coloca sobre a força normativa do Plano
64 Diretor da Bacia Hidrográfica, pois este é um guia para a outorga na bacia e deveria ser mencionado na Minuta do
65 Marco Regulatório. Em seguida, Paulo Bina, sugere a implementação das comportas no Rio Verdelândia para que a
66 água possa ser disponibilizada por mais tempo para os usuários. Na sequência, Lucas Trindade fala sobre a audiência
67 pública do empreendimento da Fortaleza Santa Terezinha, e diz sobre a falta da gestão ambiental apesar da grande
68 infraestrutura do empreendimento. Além disso, reforça sobre o acordo judicial que foi aplicado no empreendimento
69 devido aos impactos ambientais que está causando na região. Pessoa não identificada (masculino) fala sobre a
70 divergência relacionada à outorga, onde águas superficiais e subterrâneas são tratadas como recursos diferentes. Em
71 seguida, João Damásio, comenta sobre o Anexo I, solicita que seja explicitado o período de outorga sazonal referente
72 aos meses de Novembro a Abril contido no Anexo II. Além disso, solicita também que seja elaborada uma moção para a
73 ANA para que as bombas sejam lacradas quando o limite das réguas de medições for atingido no período de estiagem a
74 fim de proteger os mananciais. Ressaltou a importância da revisão do parágrafo 3º, onde foi autorizada a retirada da
75 água sem outorga num trecho de 15 km, pois não foi decidido o domínio do trecho, se o órgão responsável seria a ANA
76 ou o IGAM. Ainda com a palavra expõe a moção na qual foi aprovada pelos membros do comitê. Na sequência, Flávio
77 Tröger comenta que os representantes da Gerência relacionada ao Marco Regulatório da ANA não puderam estar
78 presentes para debater o assunto, entretanto, se colocou à disposição para enviar sugestões e alterações no
79 documento e acrescentou sobre a integração das gerências de águas subterrâneas e superficiais da ANA para realização
80 destes estudos. Em seguida, Clarissa Dantas fala sobre o cadastramento online dos usuários de usos insignificantes, e
81 reforça sobre a regularização de todos os usuários. Na sequência, Édson XX fala sobre a Deliberação Normativa 05,
82 sobre áreas de restrição de uso e solicita a ajuda das entidades para que possam ser realizados estudos sobre estas
83 áreas, visando a gestão ambiental no Plano. Após pausa para almoço a reunião é retomada e representante da ANA
84 não identificado (masculino) expõe sobre a cobrança na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, exemplifica com
85 alguns boletos de cobrança de usuários e fala da importância da cobrança para o comitê no quesito autonomia e
86 representatividade. Acrescentou sobre Artigo 2º da Resolução proposta pelo CNRH, que explicita sobre o coeficiente de
87 correção K de escassez, que corrige o valor econômico da água na cobrança e não foi aprovado pelo CNRH. Contudo,
88 sugere a implementação do K de escassez no CBHVG devido às condições hidroambientais da região. Na sequência,
89 Clarisse Dantas, fala sobre como é feita a aprovação das alterações dos recursos da cobrança e reforça sobre a
90 importância desse assunto ser levado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Acrescenta a relevância do comitê na
91 elaboração de um ofício com os requisitos da cobrança na bacia e apresentar em uma reunião para o órgão gestor
92 estadual. Em seguida, Juliana Aranha da Comissão Gestora do Verde Pequeno/BA falou sobre as reuniões das quais ela
93 participou e a relevância destas para a Comissão Gestora, devido à troca de informações e conhecimento.
94 Posteriormente, Dirceu Colares passa a palavra a Rafael XX do IBAMA, para falar sobre Conversão de Multas
95 Ambientais. Este comenta sobre os programas de conversão de multas Nacional e Estadual, pontuando sobre o Edital
96 de chamamento de projetos que explicita a possibilidade da multa ser convertida na recuperação da área afetada
97 (direta) ou de parte da bacia (indireta), dependendo do tipo da autuação e os tipos de multa que não podem ser
98 convertidas em projetos. Além disso, Rafael XX fala sobre a função do comitê em relação à conversão de multas, já que

99 o Edital 01/2018 do IBAMA não abrange a área da Bacia do Verde Grande. Entretanto, sugere que o comitê envie um
100 ofício ao SISEMA e IBAMA solicitando a inclusão da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande no programa estadual de
101 conversão de multas para a mobilidade de conversões indiretas. Na sequência, Aneliza XX sugere a identificação de
102 áreas prioritárias para o comitê para possível implantação desses projetos com recursos das conversões de multas. Em
103 seguida, Maria Socorro abre para discussão a Agenda de Atividades do CBH Verde Grande para 2018, além disso,
104 sugere a reestruturação da Câmara Técnica Consultiva e dos Grupos Técnicos para que as reuniões possam ser
105 marcadas e salienta a presença de todos os membros para dar continuidade aos temas debatidos e trabalhos propostos
106 para a câmara. Com a palavra, Clarissa Dantas complementa sugerindo a criação de novas câmaras técnicas
107 especificadas por temas distintos a fim de promover as discussões dentro das câmaras e levar estas discussões para as
108 reuniões plenárias ao invés de fazer mais de duas plenárias por ano. Logo após, Tânia XX discorda pontuando sobre a
109 mobilização de recursos para a criação de novas câmaras técnicas, objeto escasso no comitê. Na sequência, Indivíduo
110 não identificado masculino sugere a abertura de uma plataforma no site para cadastramento de ações de entidades
111 referentes ao comitê. Na sequência, Célia Fróes esclarece que o site ainda não está sobre domínio da Agência Peixe
112 Vivo e sim sobre domínio da ANA. Posteriormente, o presidente do CBH Verde Grande comenta sobre a inatividade do
113 site e a retomada conjunta do funcionamento com as atividades do comitê. Posteriormente, Maria Socorro retoma à
114 câmara técnica e aos grupos técnicos, e propõe o chamamento dos membros para participarem mais afincos das
115 atividades do CBH Verde Grande, além da colaboração das entidades dos estados para enriquecer as reuniões e
116 discussões do comitê. Em seguida, agradece a Agência Peixe Vivo no fortalecimento e auxílio da secretaria do comitê.
117 Seguidamente, Rafael XX pede um esclarecimento sobre o licenciamento em Congonhas e o cumprimento das
118 condicionantes com a saída da Rural Minas do processo. Com a palavra, Maria Socorro esclarece sobre o convênio dos
119 órgãos estaduais e a Rural Minas, e ao longo de anos, os estudos técnicos elaborados pela Rural Minas foram
120 analisados e não foram aprovados. Ao final, a Rural Minas foi extinta, com alguns dos produtos elaborados, passando a
121 responsabilidade para a Secretaria de Agricultura, faltando um parecer da SUPRAM Norte de Minas sobre como serão
122 retomadas as atividades e estudos. Não havendo mais assuntos a tratar, Dirceu Colares agradece a presença de todos e
123 encerra a reunião.

124

125



Maria Socorro M. Almeida Carvalho
Secretária do CBH Verde Grande

126

127

128

129

130



Dirceu Colares de Araújo Moreira
Presidente do CBH Verde Grande

ATA DE REUNIÃO APROVADA EM 06/11/2018